

3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mantena
Praça Rômulo Campos, s/nº, Centro – Mantena/MG
Tel (33) 3241-3091

Ofício n.º 95/2017

Ref: Notícia de Fato n.º MPMG-0396.16.000052-9

Assunto: Comunicação (faz)

Mantena/MG, 03 de abril de 2017.

Ilmo. Senhor,

Comunico a Vossa Senhoria que a representação, reclamação ou notícia registrada como Notícia de Fato nesta Promotoria de Justiça sob o número MPMG-0396.16.000052-9, solicitando a atuação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais foi encerrada, conforme decisão anexa.

Descrição do Fato: Denúncia anônima encaminhada à ouvidoria do Ministério Público noticiando que o Sr. Ronaldo Cordeiro Soares é dono de três empresas e que todas participam dos mesmos processos de licitações, no Município de Itabirinha.

Motivo: ARQUIVAMENTO SEM SOLUÇÃO DO PROBLEMA, em 24/03/2017.

Informamos que Vossa Senhoria possui um prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento desta comunicação para interposição de recurso e apresentação de razões recursais contra a decisão proferida. O recurso, acompanhado das razões recursais, deverá ser protocolizado nesta Promotoria de Justiça, situada na Praça Rômulo Campos, s/n, Centro, Mantena/MG, das 12:00 às 18:00 horas.

Atenciosamente,


REINALDO PINTO LARA
Promotor de Justiça

Ilmo. Sr.
Ronaldo Cordeiro Soares
Itabirinha/MG
CEP: 35.280-000



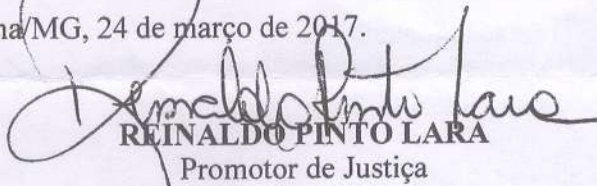
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MANTENA

Diante do exposto, considerando que não há qualquer providência a ser adotada pelo Ministério Público, uma vez que os fatos narrados na representação não ofertaram elementos suficientes a evidenciar lesão aos interesses ou direitos indisponíveis, nos termos do artigo 7º da Resolução Conjunta PGJ CGMP nº 03, de 20/08/2009, **INDEFIRO** a instauração de procedimento e determino, após o trânsito em julgado desta decisão, o arquivamento da presente Notícia de Fato.

Considerando que o(a) denunciante não informou seus dados pessoais momento da denúncia perante a Ouvidoria do MPMG, razão pela qual não é possível realizar a intimação pessoal acerca desta decisão, **DETERMINO** a afixação desta decisão no mural desta Promotoria de Justiça pelo prazo de 15 (quinze) dias, com a lavratura de certidão da fixação e do término do prazo para recurso.

Comunique-se como de praxe.

Mantena/MG, 24 de março de 2017.


REINALDO PINTO LARA
Promotor de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MANTENA

Notícia de Fato MPMG-0396.16.000052-9

Representante: De ofício

Representado: A apurar

DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

Cuida-se Notícia de Fato registrada a partir de representação anônima formulada junto à Ouvidoria do Ministério Público de Minas Gerais, noticiando que o Sr. Ronaldo Cordeiro Soares, valendo-se da utilização de “laranjas” como sócios das empresas Retengrol Comércio de Peças e Serviços Erelí; Tratorengo Comércio e Serviços Ltda; e Sitamar Auto Peças Ltda, participou simultaneamente de licitações no Município de Itabirinha de Mantena.

Representação juntada à fl. 02.

Ofício expedido à fl. 03.

Em síntese, é o relatório.

Pela análise do contido na manifestação encaminhada pela Ouvidoria do Ministério Público, observo que o(a) manifestante narra fatos de forma genérica, sem delimitação dos fatos no tempo e espaço.

Isso porque o representante não indica quais teriam sido as licitações das quais as empresas de Ronaldo Cordeiro Santos participou. Além disso, a representação não traz elementos iniciais a indicar que as empresas Retengrol Comércio de Peças e Serviços Erelí; Tratorengo Comércio e Serviços Ltda; e Sitamar Auto Peças Ltda, teriam o representado Ronaldo Cordeiro Santos como sócio oculto.

Desse modo, não sendo possível obter maiores esclarecimentos do representante acerca das irregularidades supostamente praticadas pelo representado, por se tratar de representação anônima, tenho como inviável, por ora, a instauração de procedimento.

Caso surjam informações mais específicas sobre os fatos, será reanalisada a possibilidade de instauração de procedimento investigatório caso seja identificada a hipótese de atuação do Ministério Público, bem como a lesão a interesses coletivos e difusos.

1